



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

ESTUDO PRELIMINAR Nº 26235337/2022-GTED/SR/PF/AP

Processo nº 08361.005946/2022-99

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O Documento de Formalização da Demanda GTED/SELOG/SR/PF/AP (26046671) informou que este processo seria composto pelo seguinte item:

- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA COBERTURA DO PRÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ (SR/PF/AP).

1.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo atender ao disposto na IN 40/2020-MPDG, "dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao Anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação", de forma a viabilizar a contratação necessária de serviços comuns de engenharia para Reforma da cobertura da sede da SR/PF/AP.

1.3. Na lei nº 8.666/93, o inciso IX, do art. 6º, faz menção ao ETP como documento que subsidia a elaboração do Projeto Básico, assegurando a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.

1.4. Isto posto, vê-se que esse instrumento agrega novos elementos de planejamento, destacando-se, entre outros, o estudo e a análise das soluções disponíveis no mercado para efetivo atendimento da pretensão contratual, o apontamento dos requisitos da contratação – com especial atenção a eventuais peculiaridades técnicas da demanda, e o demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento.

1.5. Logo, o presente estudo objetiva atender aos dispositivos da IN nº 40/2020 e da Lei nº 8.666/93.

1.6. A demanda foi formalizada no Processo através do DFD - Documento de Formalização da Demanda GTED/SR/PF/AP (26046671)), sendo anexadas ao presente processo para cumprimento dos requisitos da IN 40/2020-MPDG, sendo a presente análise pautada pelas diretrizes traçadas pela referida IN.

1.7. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela:

1.7.1. Instrução Normativa nº 40/2020-MPDG.

1.8. Principais normativos aplicados à contratação:

1.8.1. As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

1.8.3. Códigos tributários do município onde serão realizados os serviços.

1.8.5. Código Municipal de Obras e Edificações;

- 1.8.7. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- 1.8.9. Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- 1.8.11. Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- 1.8.13. Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A equipe de planejamento será inicialmente composta pelos servidores:
- APF João Victor Melo Coutinho
 - APF Sérgio Clodoaldo Santos Ferreira
 - APF David

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de reforma na cobertura da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP).
- 3.2. A contratação pretende sanar patologias construtivas existentes no prédio principal da Superintendência. Essas patologias são responsáveis por uma acelerada deterioração das estruturas e sistemas, causando elevados custos de manutenção.
- 3.3. Em vista da grande concentração e rotatividade de servidores e população em geral; bem como de necessidade de manter a qualidade dos serviços prestados por esta entidade, faz-se necessária a promoção de melhores condições das instalações, mais especificamente do sistema de cobertura que, tendo em vista as chuvas que aconteceram ao longo dos últimos anos, apresentou uma série de infiltrações em diversos locais do prédio principal;
- 3.4. Além da eliminação de patologias construtivas a contratação visa melhorias na estrutura como um todo, proporcionando um melhor ambiente de trabalho aos servidores.
- 3.5. De forma geral, a justificativa da contratação encontra-se pormenorizada em 03 (três) aspectos: **Funcional, Técnico e Normativo**.
- 3.6. **Aspecto Funcional** - Necessidade de adequado funcionamento das instalações prediais e sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus fins:
- 3.6.1. Conforme o art. 144, §1º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, a Polícia Federal destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, o que implica no aumento de responsabilidades e de atribuições do órgão no exercício de suas funções.
- 3.6.2. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.
- 3.6.3. Ainda nesse sentido, a não execução da correta manutenção das instalações e sistemas supracitados, objeto da presente licitação, traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que eventuais interrupções no funcionamento normal do órgão indubitavelmente causariam a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços, como, por exemplo, a expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; dentre outros.
- 3.7. **Aspecto Técnico** – A Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/AP) possui instalações prediais e sistemas que apresentam elevada complexidade, requerendo, para a adequada realização do serviço de manutenção predial, o emprego de conhecimentos técnicos especializados em manutenção predial.

3.7.1. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

3.7.2. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão, mau funcionamento do sistema, ineficiência energética, além de acidentes com vítimas.

3.7.2.1. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho.

3.7.2.3. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação em tela, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, instalações, sistemas e equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa n.º 40/2020-MPOG.

3.8. **Aspecto Normativo** – Necessidade da contratação para atender às normas técnicas brasileiras, normas de segurança do trabalho e demais leis e decretos técnicos e administrativos pertinentes, onde podemos destacar:

3.8.1. **NBR 11706/2004:** norma técnica que define padrões para vidros na construção civil;

3.8.2. **NBR 13531/1995:** trata sobre a elaboração de projetos de edificações;

3.8.3. **NBR 14037/1998:** diz respeito à operação, uso e manutenção de edificações;

3.8.4. **NBR 13867/1997:** fala sobre o revestimento interno de paredes e tetos com pasta de gesso;

3.8.5. **NBR 15965-3/2014:** define o sistema de classificação da informação da construção e processos da construção;

3.8.6. **NBR 16280/2015:** apresenta regras e condições para reformas em edificações;

3.8.7. **NBR 16337/2014:** fornece princípios e diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos em projetos;

3.8.8. **NBR 16366/2015:** discorre sobre a qualificação e perfil de profissionais telhadistas para a construção civil;

3.8.9. **NBR 5354/1977:** estipula condições para instalações elétricas prediais;

3.8.10. **NBR 5626/1988:** está relacionada à hidráulica e diz respeito às instalações prediais de água fria;

3.8.11. **NBR 5688/1999:** também relacionada à hidráulica, esta NBR versa sobre o sistema predial de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação;

3.8.12. **NBR 6118/2014:** refere-se aos projetos de estruturas de concreto;

3.8.13. **NBR 6122/1996:** diz respeito ao projeto e à execução de fundações;

3.8.14. **NBR 6135/1992:** relacionada à segurança, esta NBR trata de chuveiros automáticos para a extinção de incêndios;

3.8.15. **NBR 7678/1983:** oferece orientações para garantir a segurança dos trabalhadores em obras;

3.8.16. **NBR 8953/2015:** estabelece a classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência de concreto para fins estruturais;

3.8.17. **NBR 9077/2001:** fornece orientações para saídas de emergência em edificações;

3.8.18. **NBR 9050/2004:** aborda sobre acessibilidade à edificações, mobiliários

equipamentos e espaços urbanos;

3.8.19. Outras conforme as serviço a ser executado.

3.9. Considerando a contemplação no PLANOB 2022/23 da ação de: *Serviço corretivo na cobertura do prédio.*

3.10. Assim, justifica-se a contratação de empresa de engenharia para *execução de reforma na cobertura do prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá.*

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

4.1. Contratação de Obra de Reforma da Delegacia de Joinville (2020) - Processo 08490.006467/2018-38

4.2. Contratação de Obra de Reforma do CPD da Delegacia de Lages (2020) - Processo 08490.007178/2019-37

4.3. Contratação de Obras de Reforma da SR/PF/SC (2019) - Processo 08490.003945/2018-58

4.4. Contratação de Obras de Reforma do NEPOM de Florianópolis/SC (2020) - Processo 08490.002350/2020-08

5. ÁREA REQUISITANTE

5.1. O Grupo Técnico em Edificações e o Setor de Administração e Logística Policial da SR/PF/AP demandaram o objeto.

6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

6.1. A contratação do objeto em tela faz parte do Plano Anual de Obras 2022/2023 da Polícia Federal.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e nos seus anexos.

7.2. Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

7.2.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

7.2.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

7.2.3. Dimensionar corretamente a quantidade do serviço a ser contratado e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

7.2.4. Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

7.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

7.4. A empresa deverá atender aos critérios de qualificação econômica, às exigências jurídicas e de regularidade fiscal e trabalhista, conforme disciplinado no edital.

7.5. A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica e especialização por meio da apresentação dos comprovantes e documentos descritos em item específico do Termo de Referência.

7.6. Dimensionar corretamente o valor total da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.

7.7. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

7.8. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estarão previstas no Termo de

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

8.1. Considerando a necessidade da Administração, analisou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SR/PF/AP. Dentro do possível elas foram incorporadas à contratação em análise.

8.2. Além disso, também foram levantadas as técnicas executivas utilizadas atualmente para impermeabilização de lajes técnicas em novas Superintendências e Delegacias da Polícia Federal.

8.3. É preciso registrar, inicialmente, que não há servidores no quadro funcional da SR/PF/AP para a execução direta dos serviços demandados, impedindo, portanto, o aproveitamento de recursos humanos próprios para a sua execução, não restando, portanto, alternativa à Administração a não ser a terceirização de tais serviços.

8.4. Optou-se pela contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços, de modo que os serviços sejam realizados em mais de uma frente quando possível, a fim de dar celeridade a execução do objeto.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

9.1. As quantidades e memórias de cálculo da contratação serão parte integrante do Termo de Referência desenvolvido pelo Grupo Técnico em Edificações da SR/PF/AP.

9.2. As quantidades de serviços a serem contratados foram levantados com base nos Projetos da Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP).

9.3. Com base na planilha orçamentária, temos a relação prevista das quantidades de serviços que serão executados.

10. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa de custos será feita por meio de planilha técnica orçamentária e será parte integrante do Projeto Básico ou Termo de Referência.

10.2. Serão utilizadas as tabelas oficiais SINAPI, ORSE e SICRO, além da Média da Pesquisa de Mercado para a formação dos preços dos serviços a serem desenvolvidos na reforma.

10.3. Será desenvolvido e anexo do Projeto o Cálculo do BDI e BDI diferenciado (caso haja itens nos quais se aplique o BDI diferenciado).

10.4. Também será apresentado com anexo do Projeto o Cronograma Físico-Financeiro do serviço, Planilha de Custos e Formação de Preços.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica capaz de executar em sua totalidade a execução do serviço de reforma da cobertura da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP).

11.2. Consiste na contratação de empresa jurídica de direito privado, atuante na área de engenharia ou arquitetura, para execução de reforma da cobertura da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP), sem dedicação exclusiva de mão de obra, necessária à alocação adequada de servidores/colaboradores, bens e setores, e à recepção do público externo.

11.5. Em virtude deste órgão não dispor, em seu quadro de servidores, de corpo técnico especializado na execução de obra de edificação pública, será necessário fazer uma licitação específica para contratar empresa para executar o serviço, haja vista os princípios da eficiência e economicidade, especialmente quanto ao orçamento disponível para atendimento da demanda.

11.6. A empresa ganhadora do certame de execução deverá seguir os documentos elaborados. Qualquer divergência deverá ser discutida com os técnicos do Departamento de Polícia Federal que acompanharão a execução dos serviços.

11.7. Como requisito necessário para o atendimento da necessidade, na execução dos serviços previstos na obra, a Contratada deverá dispor de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a correta e completa execução do objeto.

11.9. A descrição detalhada da solução, com as especificações técnicas e demais informações, está prevista no Termo de Referência, e respectivos anexos.

12. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

12.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

12.2. O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe: "As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

12.4. O parcelamento, previsto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, refere-se a uma análise da divisibilidade do objeto, a ser adotada quando se identificar o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

12.6. Via de regra, a Administração deverá proceder ao parcelamento do objeto, sempre que a natureza da obra, serviço ou compra for divisível e configure-se técnica e economicamente viável, ou seja, desde que não exista prejuízo financeiro ou técnico ao conjunto licitado, conforme Súmula nº 247 do TCU.

12.8. O método utilizado para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação assegure, concomitantemente é o apresentado a seguir:

12.9.1. O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável:

12.9.2.1. Guidi² (2019) discorre em sua obra que embora a obra de engenharia seja passível de ser executada em partes, dadas as suas características (multidisciplinar e ocorre ao longo de diversas etapas), o seu proveito funcional à sociedade pode ficar comprometido, a exemplo de um parcelamento da construção de uma escola, na qual a conclusão da etapa das fundações nem de longe possibilita que os estudantes dela façam uso. Desta forma, para que a partição do objeto seja tecnicamente viável cada uma das parcelas deverá oferecer utilidade à sociedade, independentemente da parcela ser representada por apenas um item, equipamento(s) ou um conjunto de serviços.

12.9.2.3. No caso em tela, o parcelamento se mostra técnica e economicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução da obra, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: "Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.". Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução do serviço, fica impraticável o parcelamento da contratação.

12.9.3. O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala:

12.9.4.1. O parcelamento do objeto desta contratação representa perda de economia de escala tendo em vista que os serviços são correlatos e dependentes.

12.9.5. O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

12.9.6.1. Os serviços pretendidos fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, não implicando em restrição de competitividade.

12.10. Resumidamente, pelo exposto, o parcelamento do objeto desta licitação mostra-se inviável tanto na área técnica quanto na econômica.

12.12. Entende-se que a contratação conjunta do serviço é a que melhor atende aos interesses da Administração, visando a um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos do erário.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

13.1. Com a contratação, pretende-se diminuir os gastos com manutenções corretivas e proporcionar uma maior vida útil das estruturas da SR/PF/AP.

13.2. A contratação em questão está prevista e aprovada no Plano Anual de Obras para o ano de 2022 - PLANOB 2022/2023, que estabelece diretrizes para o diagnóstico, planejamento, aprovação anual e execução no ano subsequente de obras e serviços de engenharia, no âmbito da Polícia Federal, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas à PF.

13.3. Além disso, a demanda está alinhada com os objetivos e ações estratégicos de otimizar os serviços ao usuário/cidadão e de otimizar a gestão das obras e da infraestrutura, conforme preconizados na Resolução nº 06 CGPF/PF, de 10 de outubro de 2022, publicado no BS 193/2022, que aprova o Mapa Estratégico da Polícia Federal 2022/2023 e o Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2022 a 2023.

13.5. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

14.2.1. Antes do início da obra, a administração deve definir os servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual, bem como deve capacitá-los a fim de ter um acompanhamento rigoroso e adequado das ações previstas nos projetos apresentados. O planejamento para cumprimento dessa etapa deve ser mediante a definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual.

14.2.3. Caso não seja possível realizar a capacitação de servidores lotados na unidade da SR/PF/AP para a fiscalização da execução dos serviços, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

14.3. Elaboração e anexação do Mapa de Riscos ao processo, cuja importância se deve ao fato de ser um documento que contém uma representação visual dos riscos aos quais os projetos estão sujeitos ao serem utilizados espaços, equipamentos, suprimentos e realizadas tarefas.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

15.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

15.2. A contratação em tela apresenta relação com o objeto de *Serviço corretivo na cobertura do prédio* que estão previstas no PLANOB 2022 /2023

16. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

16.1. O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Amapá.

16.2. Os resultados pretendidos pela contratação são:

- a melhoria do ambiente de trabalho do prédio;
- aumento da vida útil da estrutura e equipamentos;
- dirimir problemas elétricos causados por infiltrações e goteiras;

- diminuição de custos de manutenções corretivas;

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

17.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**. Desde o consumo de recursos naturais para a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.

17.3. Neste contexto, na elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistente porém, na execução da serviço, os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

17.4.1. Geração de resíduos:

17.4.2.1. Por se tratar de uma serviço de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana) existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

17.4.2.3. Em razão da preocupação sobre o descarte correto de resíduos sólidos gerados pela construção, houve o estabelecimento de diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão desses resíduos com o advento da Resolução CONAMA nº 307/2002.

17.4.2.5. O art. 10 da supracitada Resolução prevê que os geradores (empreendimentos que gerem os resíduos) devem providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, após a triagem, das seguintes formas:

I - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

III - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

V - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

VII - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

17.4.2.7. Ainda de acordo com a Resolução em comento, a empresa contratada não poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei. Ademais também fica proibida a disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas.

17.4.2.9. A questão dos resíduos sólidos em obras também é abordada na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) ao buscar compatibilizar a logística sustentável na administração pública com a gestão dos resíduos sólidos, por meio das aquisições e contratações governamentais.

17.4.2.11. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

17.4.3. Ruídos (poluição sonora):

17.4.4.1. Em um canteiro de obras, também deve ser avaliada a poluição sonora decorrente de ruídos gerados pelos equipamentos (compressores, bate-estacas, etc.), máquinas e veículos. Áreas habitadas no entorno da obra podem ser afetadas quando a emissão de ruídos ultrapassar os níveis (65 dB) considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2019 - Avaliação do Ruído.

17.4.4.3. Segundo Barros (2016), o desconforto proveniente dessas novas construções geralmente se localiza em regiões diagnosticadas como tranquilas, como áreas residenciais; portanto, o ruído gerado é muito perceptível pelos residentes. Ainda de acordo com a autora do estudo, o procedimento de redução do ruído do canteiro de obras deve ser feito na fase de projeto. Para fins de avaliação sonora ambiental de empreendimentos e a fim de minimizar os impactos decorrentes dos ruídos das obras, faz-se necessário o monitoramento por meio de medições realizadas obrigatoriamente em áreas habitadas vizinhas ao empreendimento, adotando a Norma NBR-10.151:2019.

17.4.4.5. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras, mas não se resumem a elas. Durante a utilização da edificação haverá ocasiões onde serão acionados sirenes das viaturas o que poderá ocasionar poluição sonora temporária.

17.4.4.7. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

17.4.5. **Poluição do ar:**

17.4.6.1. Além da geração de resíduos sólidos e de ruídos indesejáveis à circunvizinhança, é esperada o impacto negativo de poluição do ar, caracterizada pela presença de partículas sólidas em suspensão no ar (poeira). A questão é regulada pela resolução CONAMA nº 491 de 19 de novembro de 2018 ao padronizar os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos, e ao classificá-los de acordo com valores temporários a serem cumpridos em etapas.

17.4.6.3. O monitoramento pode ser feito por meio de amostrador de partículas que fornece as concentrações das partículas em suspensão. A adoção de algumas medidas, como umidificar o material ou o solo e cercar a obra ou pontos de emissão, pode mitigar os impactos relativos à emissão de material particulado.

17.5. Na busca de mudança de paradigma na prática da sustentabilidade, visando à eliminação ou à mitigação dos impactos negativos decorrentes de atividades de toda a cadeia da construção civil (insumos utilizados na obra e a execução da obra), a contratada deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.

17.7. Portanto, a inserção de critérios de sustentabilidade socioambiental na obra demandada deve estar presente desde os projetos básico e executivo até o acompanhamento da execução contratual, incluindo-se em todas as etapas aspectos técnico-arquitetônicos e legais que a tornem um empreendimento sustentável do ponto de vista cultural, socioeconômico e ambiental.

18. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

18.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, e em observância ao modelo de ETP disponível no sítio compras.gov.br, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

18.3. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

18.5. Por todo o exposto, a contratação do serviço não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho da edificação já existente, que sofre com eventos de infiltração, provocando a existência de ambientes com elevada umidade.

18.7. Diante do exposto, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a solução proposta**, devido a sua imprescindibilidade para um bom resultado e desempenho das atividades deste órgão, que trará: condições adequadas de trabalho e atendimento, resultando em manutenção da saúde e bem-estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, respectivamente; e a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades no combate aos crimes e nos

serviços oferecidos.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**, **Agente de Polícia Federal**, em 27/09/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31665785&crc=D5494F0E](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31665785&crc=D5494F0E).

Código verificador: **31665785** e Código CRC: **D5494F0E**.

Referência: Processo nº 08361.005946/2022-99

SEI nº 31665785